



# REPENSANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIANTE DAS CRISES DA DEMOCRACIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DO CASO BRASILEIRO

*Matheus Botelho<sup>1</sup>*

---

## Resumo

Este ensaio aborda a relação entre as novas formas de participação política e a crise das democracias, com foco no contexto brasileiro recente. A crise democrática, exacerbada por governos como o de Jair Bolsonaro (2019-2022), é analisada a partir das contribuições de teóricos como Levitsky, Ziblatt e Dahl. Embora o Brasil tenha experimentado novas formas de engajamento cívico, como o aumento de protestos e participação em redes sociais, o declínio da participação política tradicional, como o voto e o envolvimento em campanhas, revela uma desconfiança crescente nas instituições democráticas. A comunicação direta entre eleitores e políticos, impulsionada pelas mídias sociais, apresenta tanto oportunidades quanto desafios, como a disseminação de desinformação e a polarização. O texto sugere que a reconstrução da confiança nas instituições requer a promoção de uma cultura cívica inclusiva e a transparência nas relações políticas, especialmente por meio da educação cívica e da alfabetização midiática. A revitalização de mecanismos de participação, como os conselhos participativos e a reestruturação de órgãos governamentais, é vista como essencial para restaurar a legitimidade democrática e superar a divisão social. A análise também destaca os paradoxos da participação política e a necessidade de adaptação das instituições às demandas da modernização e à nova sociabilidade política.

## Palavras-chave

Participação política;  
Crise da democracia;  
Cultura cívica;  
Fortalecimento das  
instituições;  
Democracia.

---

## RETHINKING POLITICAL PARTICIPATION IN THE FACE OF DEMOCRACY CRISES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FROM THE BRAZILIAN CASE

---

## Abstract

*This essay explores the relationship between new forms of political participation and the crisis of democracy, with a particular focus on recent developments in Brazil. The democratic crisis, exacerbated by governments such as that of Jair Bolsonaro (2019-2022), is analyzed through the lens of contributions from theorists such as Levitsky, Ziblatt, and Dahl. While Brazil has experienced new forms of civic engagement, including increased protests and social media participation, there has also been a decline in traditional political participation—such as voting and involvement in campaigns—revealing a growing mistrust in democratic institutions. Direct communication between voters and politicians, facilitated by social media, presents*

## Keywords

Political participation;  
Crisis of democracy;  
Civic culture;  
Institutional strengthening;  
Democracy.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).  
E-mail: mat\_botelho94@hotmail.com.

---

*both opportunities and challenges, including the spread of misinformation and political polarization. The essay argues that rebuilding trust in democratic institutions requires the promotion of an inclusive civic culture and transparency in political relationships, particularly through civic education and media literacy. Revitalizing participatory mechanisms, such as participatory councils and the restructuring of governmental bodies, is seen as essential for restoring democratic legitimacy and overcoming social divisions. The analysis also highlights the paradoxes of political participation and the need for institutions to adapt to the demands of modernization and the evolving nature of political sociability.*

---

O texto que aqui apresentamos pode levantar dúvidas ao nosso leitor acerca das duas temáticas abordadas ainda no título: Formas de participação política e a latente crise das democracias, em especial o caso brasileiro.

A interseção entre participação política, crises da democracia e a continuidade do processo civilizatório tem despertado dúvidas e reflexões acerca das novas formas de engajamento cívico, representatividade e o papel das instituições e dos partidos políticos. Essas temáticas tornam-se particularmente relevantes quando pensamos o caso brasileiro.

Nas últimas décadas, diversos pesquisadores e intelectuais têm abordado a erosão da democracia, tanto em democracias consolidadas quanto em países em desenvolvimento, como o Brasil. Autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Prezeworski (2020) e Mounk (2019) têm contribuído significativamente para a compreensão das transformações políticas recentes. No contexto brasileiro, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), observa-se uma relação direta entre as novas dinâmicas de participação política e a crise das democracias. No entanto, é importante destacar que a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 não representa, necessariamente, um triunfo da democracia ou um caminho seguro rumo à Poliarquia, conforme concebido por Dahl (2014).

A partir de uma abordagem teórica centrada no comportamento político, acreditamos que as novas formas alternativas de engajamento - em especial as redes sociais- observadas nos últimos anos estão intimamente relacionadas à crise democrática vivida pelo Brasil, especialmente durante o governo Bolsonaro. Contudo, é fundamental não interpretar a derrota eleitoral de Bolsonaro como um sinal de vitória da democracia ou de uma transição garantida para uma democracia mais inclusiva (Dahl, 2014). Os estudos sobre opinião pública e participação indicam o que o cientista político Russel Dalton (2014) denominou de “paradoxos da participação”, pois, mesmo com o aumento da escolaridade do eleitorado, os níveis de participação têm diminuído ano após ano, especialmente em democracias consolidadas. No Brasil, a partir de 2013, observamos um aumento nas formas menos tradicionais de participação política, como os protestos e o engajamento nas redes sociais, enquanto a participação em formas tradicionais, como o voto, a participação em campanhas e a atividade comunitária, tem caído (Verba, Nie e Kim, 1978; Dalton, 2014).

As formas tradicionais de participação política, amplamente discutidas na literatura sobre comportamento político, podem ser classificadas em cinco modalidades principais. As duas primeiras, que surgem com o estabelecimento dos regimes democráticos, são o voto e a participação em campanhas. Já as três últimas, que surgem à medida que a institucionalização das democracias avança, incluem: o contato direto com políticos ou com a alta burocracia; o engajamento em atividades comunitárias, como a participação em movimentos sociais e ONGs; e, finalmente, os protestos, que são frequentemente utilizados por minorias sem acesso direto às elites políticas como uma forma de reagir à perda de direitos.

No que diz respeito à interseção entre as formas tradicionais e novas de participação política, a contribuição de Robert Dahl (2014) é fundamental para a reflexão sobre esse tema. A ideia de Dahl sobre os custos de tolerância, a cultura cívica e a modernização são extremamente relevantes para a discussão da participação política. Segundo ele, os indivíduos tendem a se engajar politicamente quando o ambiente permite a livre expressão de opiniões e o respeito pelas diversas perspectivas. Portanto, a promoção da inclusão, diversidade e liberdade de expressão é crucial para criar um ambiente político que favoreça a participação política e reduza os custos da tolerância.

Contudo, a modernização, com suas mudanças estruturais, econômicas e tecnológicas, pode apresentar desafios para a participação política, um dos pilares fundamentais da manutenção dos regimes democráticos em todo o mundo. A expansão das mídias digitais e a globalização abriram novos espaços para a participação política, mas também geraram desafios, como a polarização e a disseminação de desinformação, que podem prejudicar a qualidade e a efetividade do engajamento político. Nesse contexto, é fundamental que as instituições promovam um ambiente político que se adapte às demandas e desafios da modernização, incentivando a inclusão, a diversidade e a liberdade de expressão, mas também considerando algumas ressalvas que precisam ser discutidas de forma mais aprofundada neste texto.

Outro ponto relevante a ser esclarecido é a necessidade do fortalecimento dos vínculos entre políticos e eleitores, especialmente parlamentares, sem que, no entanto, esse fortalecimento se dê de forma irresponsável como abordamos em outro tópico neste texto. No entanto, a ausência de uma figura de mediação pode abrir espaço para a discussão de uma agenda ultraconservadora e reativa ao processo civilizador, como concebido por Norbert Elias.

Em resumo, a participação política efetiva requer um ambiente político que reduza os custos de tolerância, promova uma cultura cívica forte e se adapte às demandas e desafios da modernização. Isso pode ser alcançado por meio de políticas que fomentem a inclusão, a diversidade e a liberdade de expressão, limitadas pela preservação e respeito aos Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito, ao mesmo tempo em que abordam os desafios trazidos pela era digital. A conscientização sobre os direitos e responsabilidades dos cidadãos e a educação cívica também desempenham um papel crucial na promoção da participação política informada e engajada.

Com base nas formulações anteriores, podemos explorar a ideia de que o estreitamento da comunicação entre eleitores, especialmente os menos esclarecidos ou pouco sofisticados, e os políticos pode ter implicações tanto positivas quanto negativas para a democracia. Por um lado, essa proximidade pode permitir que representantes eleitos estejam em contato direto com a opinião pública, o que é um aspecto importante da representação democrática. No entanto, existe o paradoxo dos vieses reacionários e ultraconservadores que podem surgir quando eleitores pouco esclarecidos têm um papel preponderante nas decisões políticas.

Eleitores com menos conhecimento sobre os problemas públicos podem ser mais suscetíveis a serem influenciados por discursos populistas e ideias simplistas promovidas através das mídias sociais. Nesse sentido, a comunicação direta entre políticos e eleitores pode ser uma faca de dois gumes, pois, embora possa permitir uma maior interação e engajamento dos cidadãos no processo político, também pode facilitar a disseminação de informações distorcidas e aumentar a polarização. Portanto, é necessário encontrar um equilíbrio entre a comunicação direta entre eleitores e políticos e a garantia de que essa interação seja baseada em informações precisas, debates construtivos e na promoção da participação informada.

Os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), promovido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp) comprovam que no Brasil a questão do esclarecimento do eleitor pode ter alguma correlação com a crise da democracia, a desestabilidade do sistema e a ascensão de agendas populistas, uma vez que, por exemplo, 66,3% dos entrevistados do último *survey* responderam que não acompanham ou acompanham com pouca intensidade as notícias a respeito da política por meios de comunicação (TV, Rádio, ou Internet).

Sem a devida moderação e consideração dos interesses diversos da sociedade, essa agenda pode minar os direitos e liberdades individuais, promovendo uma cisão na estabilidade democrática. Portanto, é fundamental que existam mecanismos institucionais e sociais que facilitem a mediação e o diálogo construtivo entre políticos. As instituições democráticas, como o parlamento, devem desempenhar um papel crucial nesse processo, permitindo a representação dos diferentes setores da sociedade e a busca de soluções que levem em consideração o bem comum. No entanto, o parlamento, ao menos a maior parte dele, nos parece estar mais preocupada com o loteamento dos cargos em todos os escalões do novo governo e com a liberação de emendas que nem sempre estão amparadas em critérios técnicos de distribuição.

Além disso, julgamos como necessário fortalecer os mecanismos de prestação de contas e transparência por parte dos atores políticos, para que os eleitores tenham acesso a informações confiáveis e possam tomar decisões políticas mais informadas. É fundamental promover um ambiente em que a diversidade de opiniões seja respeitada, o diálogo construtivo seja incentivado e o debate político se baseie em evidências e no bem-estar da sociedade.

Em suma, embora o estreitamento da comunicação entre eleitores e políticos possa trazer benefícios para a democracia, é preciso estar atento aos desafios decorrentes da falta de esclarecimento e baixa sofisticação política dos eleitores.

Para garantir a tão aclamada legitimidade democrática, é necessário promover a educação cívica, a alfabetização midiática e promover transparência política, a fim de evitar o surgimento de vieses reacionários, ultraconservadores e o populismo político de mídias sociais.

Com base nas contribuições de cientistas políticos como Susan Scarrow (2015), Manuel Castells (2017) e Russel Dalton (2014), é possível identificar a emergência de uma nova sociabilidade política que está intimamente ligada à participação política e aos novos padrões de engajamento.

Um aspecto central dessa nova sociabilidade política é a diversificação das formas de participação política. Os cidadãos parecem estar cada vez mais engajados em novas formas de organização e contato com políticos, assim como na mobilização de movimentos sociais e em uma cultura de protestos. As mídias sociais têm desempenhado um papel significativo nesse contexto, permitindo uma interação direta entre eleitores e políticos, além de facilitar a organização e a mobilização de ações coletivas.

Susan Scarrow (2015) destaca a importância dessas novas formas de contato e organização entre partidos políticos e eleitores, ultrapassando o modelo tradicional proposto por Duverger. Essas novas sociabilidades políticas sem dúvidas estão redefinindo a relação entre representantes e representados, abrindo espaço para uma maior participação dos cidadãos no processo político

A cientista política americana contribui para esse tema com a tese de que a relação entre partidos políticos e cidadãos já não ocorre mais como ocorria até o século XX, com a militância formada por filiados se inseriam de diversas maneiras nas instâncias partidárias, para ela, há novos padrões de interação que não buscam necessariamente um vínculo de filiação entre esse cidadão que está disposto de levantar as bandeiras e defender a agenda do partido. Scarrow classifica esses eleitores como *Cybermembers*, quando da militância se dá exclusivamente pela internet.

Os paradoxos de participação já mencionados aqui, impõem aos partidos políticos novos desafios, uma vez que, claramente, as organizações partidárias precisam repensar sua abordagem para atrair e reter membros do partido no contexto do declínio da participação política tradicional. Além disso, os novos membros têm motivações e expectativas diferentes em relação aos membros mais velhos. Os membros mais jovens de curto prazo tendem a participar menos das atividades tradicionais do partido, como participar de reuniões e votar em eleições internas. Em vez disso, eles valorizam uma experiência de reunião mais pessoal e flexível, com foco maior em questões específicas do que em ideologias gerais (Scarrow e Gezgor, 2010).

A velocidade e a intensidade das interações políticas nas redes sociais têm desempenhado um papel significativo na formação da opinião pública e no comportamento eleitoral. É importante observar que essas dinâmicas são amplamente influenciadas pelo acesso à informação, pela disseminação de

conteúdos e pela mobilização de grupos políticos específicos, incluindo aqueles com posicionamentos radicalizados.

Nos últimos anos, temos visto uma mobilização acelerada de eleitores, especialmente momentos antes das eleições, em que as redes sociais se tornam plataformas-chave para a disseminação de mensagens políticas e a mobilização de eleitores menos sofisticados. Esse fenômeno é particularmente visível em discursos populistas e de extrema direita, que muitas vezes buscam simplificar questões complexas e apelar para emoções e identidades.

As elites econômicas desempenham um papel importante nesse contexto, já que possuem recursos e influência para moldar as narrativas políticas e direcionar as discussões de acordo com seus interesses. Elas podem buscar estratégias para lidar com essa nova dinâmica de comportamento eleitoral acelerado, seja através do financiamento de campanhas políticas, da promoção de suas agendas e projetos de lei ou da influência nos debates públicos.

No caso brasileiro, as últimas eleições presidenciais, tanto em 2018 como em 2022, foram marcadas por disputas acirradas e pela mobilização intensa nas redes sociais. As elites econômicas e políticas tiveram papel ativo nessas eleições, seja apoiando candidatos específicos ou se posicionando contra determinadas agendas e projetos de lei. Essa dinâmica reflete a tentativa de direcionar o debate político e influenciar os resultados eleitorais de acordo com seus interesses.

É importante ressaltar que essa nova dinâmica acelerada do comportamento eleitoral também apresenta desafios para outras estruturas dos regimes democráticos, como a disseminação de informações falsas, a polarização extrema e a dificuldade em se estabelecer debates fundamentados e construtivos. Nesse sentido, não incomum que encontremos debatedores midiáticos reforçando a ideia de que é necessário um esforço conjunto de diversos atores, incluindo a sociedade civil, os meios de comunicação e as elites política, para promover a educação política, maior regulação de determinadas condutas, além de outras mudanças, a fim de fortalecer a qualidade do debate público e proteger os fundamentos democráticos.

Essas transformações têm implicações não apenas nas formas de participação política, mas também na produção de crenças políticas. As novas sociabilidades políticas fornecem um ambiente propício para a criação e disseminação de ideias, o que influencia a formação da opinião pública. As mídias sociais desempenham um papel central nesse processo, permitindo que diferentes perspectivas e narrativas políticas sejam compartilhadas e debatidas de forma mais ampla.

Além das questões relacionadas ao fortalecimento das instituições e à promoção de uma cultura cívica, é relevante considerar a contribuição da teoria de Norbert Elias para a compreensão do papel das estruturas sociais na dinâmica política. Nesse sentido, a abordagem de Elias, desenvolvida em sua obra "O Processo Civilizador" (1993), lança luz sobre a interdependência entre as transformações políticas e as mudanças nas relações sociais ao longo do tempo. No entanto, quando há uma falta de mediação adequada e o fortalecimento dos vínculos políticos ocorre sem um controle adequado, existe o risco de uma reação contrária a esse processo

civilizador. Uma relação direta entre políticos, sem uma mediação efetiva, tem aberto portas para a ascensão de uma agenda ultraconservadora, baseada em ideias retrógradas e contrárias aos avanços sociais conquistados

Ademais, para superar a onda ultraconservadora que é produto final de uma crise, é necessário promover uma cultura política que valorize o respeito, a empatia e a busca pelo consenso. A educação cívica e a conscientização dos cidadãos sobre a importância do diálogo e do compromisso são essenciais para evitar a fragmentação e o surgimento de agendas políticas prejudiciais à democracia.

Quanto ao fortalecimento das instituições para superação das tendências conservadoras e autoritárias, Dalton (2014) e Scarrow (2015) nos apontam que é necessário promover novas estratégias de fortalecimento dessas instituições e criação de uma cultura cívica, levando em consideração a fragilidade e redução da interação entre eleitores e partidos políticos.

Sobre esse declínio, Russel Dalton (2014), em seu livro *Citizen Politics*, destaca que há uma mudança na natureza da participação política nos últimos anos, com uma diminuição da participação em partidos políticos e uma crescente preferência por formas mais individualizadas de engajamento político. Esse declínio das formas tradicionais de participação política pode ser entendido em termos de mudanças na estrutura social, culturais e políticas que afetam o comportamento político. No entanto, é importante ressaltar que a diminuição da participação política não significa necessariamente uma diminuição no interesse ou na preocupação com questões políticas. Na verdade, o aumento da participação em formas mais individualizadas de engajamento político, como as redes sociais e os movimentos sociais, pode indicar um aumento na conscientização e no engajamento político.

Dalton (2014) dedica-se a analisar as formas de participação política nos regimes democráticos e alerta para as constantes mudanças que caracterizam esses processos participativos. O autor enfatiza a importância de os eleitores possuírem um nível básico de conhecimento político, o que lhes permitiria fazer escolhas mais informadas e influenciar as ações de seus representantes. Para Dalton, é fundamental que os cidadãos compreendam as opções disponíveis para poder participar de forma efetiva e contribuir para a melhoria da qualidade das decisões políticas.

No contexto da crise democrática brasileira, é imprescindível adotar medidas que busquem revitalizar as instituições democráticas e restaurar a confiança dos cidadãos nelas. Isso envolve, por um lado, a implementação de reformas políticas que tornem as instituições mais representativas e, por outro, a promoção de uma cultura política mais inclusiva e participativa. Também é crucial fortalecer os mecanismos de *accountability*, assegurando que os governantes respondam por suas ações. Além disso, é necessário criar redes de informação que permitam aos cidadãos acessar fontes confiáveis sobre os principais debates públicos, como, por exemplo, a controversa questão da educação sexual no currículo escolar, entre outras pautas importantes da agenda política nacional.

A relação entre o declínio das formas tradicionais de participação política e a crise democrática é clara. Por isso, é urgente adotar estratégias para restaurar a

confiança da população nas instituições democráticas e garantir que os cidadãos se sintam representados e envolvidos na vida política do país. Nesse sentido, é importante também considerar como as novas formas de participação política podem ser incorporadas de maneira que fortaleçam, e não enfraqueçam, as instituições democráticas, permitindo uma maior e mais efetiva participação dos eleitores. A qualidade da democracia, portanto, depende da participação informada e ativa dos cidadãos, o que contribui diretamente para a governança e a estabilidade do regime.

Pippa Norris (2011), ao analisar as fissuras no regime democrático dos últimos anos, chama a atenção para o baixo engajamento social nas dinâmicas políticas, além da queda na participação eleitoral. Embora sua análise se concentre principalmente nos Estados Unidos, suas observações podem ser aplicadas a outras democracias, dado que a crise de legitimidade dos Estados democráticos contemporâneos é um fenômeno global. Norris ressalta que, para que a democracia se mantenha legítima, é necessário que os cidadãos confiem nas instituições políticas e se sintam representados por elas.

As reflexões de Norris estão em sintonia com as de Robert Dahl (2014), cujas ideias sobre legitimidade democrática e estabilidade política continuam relevantes. Embora Dahl não ofereça soluções específicas para a crise de legitimidade nas democracias atuais, ele destaca que a legitimidade pública é um elemento central para a governança, e que regimes democráticos tendem a ser mais estáveis quando gozam do apoio popular. Além disso, Dahl observa que muitas transições democráticas ocorreram em contextos adversos, como em países sem experiência democrática histórica, em economias de baixa renda ou em sociedades pós-conflito. Nesses contextos, o fortalecimento da democracia é mais desafiador, mas não impossível.

Por fim, parece haver um consenso na literatura de que, para fortalecer a legitimidade dos regimes democráticos, é essencial priorizar o desenvolvimento econômico, a redução das desigualdades sociais e a construção de instituições políticas robustas. Tais medidas criam um ambiente mais propício à democratização, ao promover a confiança dos cidadãos nas instituições e ao incentivar sua participação ativa e engajada na política.

Nesse sentido, julgamos ser fundamental o aprimoramento de mecanismos institucionais que assegurem uma representação mais ampla das diversas camadas sociais, com o objetivo de mitigar o impacto de visões ultraconservadoras ou outras ideologias que possam ser prejudiciais ao Estado Democrático de Direito.

Em suma, embora a proximidade entre eleitores e políticos possa contribuir para o fortalecimento da democracia, ela também pode apresentar riscos e desafios. Se, no transcurso desse processo, determinados políticos começarem a apresentar ideais autoritários e reacionários, deveria caber às instituições democráticas não apenas reprimir esse tipo de comunicação, mas também punir aqueles que utilizam os mecanismos do regime democrático para defender sua ruptura. No entanto não é o que nós, os espectadores temos observado nos últimos

anos ao nos depararmos com a projeção política estabelecida por atores políticos da extrema direita.

A pergunta que deixamos ao nosso leitor é: Quais formas e arranjos institucionais podemos criar para superar a desconfiança da opinião pública em relação às instituições, fortalecê-las e, assim, promover maior engajamento? Como podemos garantir maior espaço para representações contramajoritárias nas ferramentas de participação política?

Os mecanismos de diálogo e mediação desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade e legitimidade democrática, além de ser fundamental para a promoção de soluções políticas que levem em consideração o bem comum, como o bem-estar social. É fundamental estabelecer tanto mecanismos institucionais quanto sociais que facilitem o diálogo construtivo entre políticos, permitindo assim a representação dos diversos setores da sociedade e a busca por soluções que atendam aos interesses variados da população.

Além disso, é necessário promover o diálogo, a cooperação e a busca por soluções comuns, o que pode envolver a criação de espaços de negociação e diálogo entre diferentes atores políticos, bem como uma cultura política baseada no respeito e na tolerância. Consideramos também essencial fortalecer os mecanismos de responsabilização e transparência para fortalecer a relação entre os cidadãos e as instituições democráticas.

Considerando os questionamentos e nossas angústias, só nos resta crer no restabelecimento dos processos democráticos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que foram especialmente aprofundados durante os governos petistas, após a cisão provocada pelo governo de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022, surge a possibilidade de retomar os modelos de participação estabelecidos pelo legislador constituinte. Esses modelos representam uma abordagem inovadora da Constituição Federal de 1988, que visa promover processos políticos mais inclusivos e universalistas (Abromovay e Lotta, 2022; Botelho e Cardozo 2023).

Nesse sentido, o reestabelecimento de instâncias participativas pelo novo governo liderado por Lula nos parece ser uma solução, ao menos parcial, diante da divisão social construída nos últimos anos. Especificamente, a reintrodução de conselhos participativos e a revitalização de órgãos como o Ministério dos Direitos Humanos ou dos Povos Indígenas podem desempenhar um papel importante nesse processo.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Pedro; LOTTA, Gabriela (2022). *A democracia equilibrista: Políticos e burocratas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney (2015). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- BOTELHO, Matheus A.; CARDOZO, Denise (2023). *Paradoxos do processo decisório em políticas públicas no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)*. Boletim de Políticas Públicas / OIPP, 32, p. 5-11.

- CASTELLS, Manuel (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DAHL, Robert (2014). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- DALTON, Russel J. (2014). *Citizen politics* (6. ed.). Los Angeles: A.
- ELIAS, Norbert (2010). *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Zahar.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NORRIS, Pippa (2011). *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PREZEWORSKI, Adam (2020). *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar.
- SCARROW, Susan (2015). *Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization*. Oxford: OUP Oxford.
- SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. (2010). “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”. *Party Politics*, 16(6), 823-843.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on (1978). *Participation and political equality: A seven-nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.



*Recebido em setembro de 2024*  
*ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2024*